

MUDANÇAS ESTRUTURAIS NO SUBSISTEMA DE ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO EM PORTUGAL (1970 – 2024)

Thays de Oliveira Marcelino | UFRRJ | thaysmarcelino@yahoo.com.br

Belmiro Gil Cabrito | Instituto de Educação – Ulisboa | cabrito@ie.ulisboa.pt

Eixo Temático 8 – *Novos modos de regulação, tendências em construção e trabalho docente na educação profissional científica e tecnológica*

1. INTRODUÇÃO

O trabalho apresenta um excerto da pesquisa intitulada “Política de ampliação e diversificação da educação profissional tecnológica: uma análise no Brasil e em Portugal¹”. O estudo está sendo realizado no contexto do doutorado sanduíche/intercalar, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES), conforme edital 001, desenvolvido no âmbito da cooperação entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por meio do Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEDUC), e o Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (Ulisboa).

A implementação do subsistema de ensino superior politécnico em Portugal é fruto do processo da ampliação e diversificação da educação ocorrido nos países regidos pelo sistema do capital. Esse sistema tem como premissa a instituição de uma formação para atender aos interesses do setor produtivo, para isso, aciona o Estado para a organização de reformas, que funcionam, na verdade, como uma contrarreforma, a fim de manter a característica dual no contexto da formação entre capital e trabalho e da consolidação da hegemonia burguesa.

Em Portugal, a formação para o trabalho tem suas primeiras nuances no sec. XIX, com as escolas profissionais para a formação de militares. Mas é no período do Estado Novo (1920-1974), durante a ditadura militar, que a ampliação e diversificação do ensino começa a tomar forma. O

¹ O trabalho também integra a Tese de Doutorado “Determinantes sócio-históricos da implantação das Faculdades de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Rio de Janeiro”, desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisas Sobre Trabalho, Política e Sociedade (GTPS) do PPGEDUC/UFRRJ, e está articulado ao Projeto de Pesquisa “Ações governamentais para ampliação e diversificação da educação profissional e tecnológica no Estado do Rio de Janeiro”.

país estava sendo conduzido a se adequar às novas demandas do mundo industrializado, porém o nível de formação populacional era insuficiente para atender novas demandas do setor produtivo. Dessa forma, o financiamento para o âmbito educacional foi realizado mediante o acordo de cooperação entre a Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o governo português. O projeto intitulado “O Projeto Regional do Mediterrâneo (PMR)”, tinha como objetivo ampliar e diversificar a oferta de formação, a fim de alinhar a formação às novas demandas do mundo industrializado.

Nosso objetivo é apresentar como a implementação do subsistema de ensino superior politécnico em Portugal surgiu, por um lado, como resposta ao processo de democratização do país e, por outro, como mecanismo para responder aos interesses da dinâmica do capital, desde o nível econômico até o ideológico. Compreendemos que, ao longo dos anos, as mudanças estruturais na oferta dos ISP acompanham a dinâmica da reestruturação produtiva e, apesar de aumentarem o acesso ao ensino superior, funcionam como mecanismo para aprofundar a dualidade educacional na formação para o trabalho. Dessa forma, utilizamos como fonte de dados empíricos documentos de organismos supranacionais, e do governo português. Trata-se de uma pesquisa básica, de análise referenciada no materialismo histórico-dialético, cujos objetivos lhe conferem características de uma análise explicativa, que para a coleta de dados, utiliza-se da análise de fontes bibliográficas primárias e secundárias.

2. FASES DO SUBSISTEMA DE ENSINO SUPERIOR POLITÉCNICO

Nos países regidos pelo sistema do capital, a formação para o trabalho se constitui como campo em disputa em torno do projeto ideológico para a formação. Para esse sistema, a formação deve ser de caráter dual, interessado, enxuto e flexível a fim de atender aos interesses do mercado e manter as relações sociais de classe. O Estado, que atua como operador da hegemonia burguesa, alinhado aos processos de crise e reestruturação do capital, organiza mudanças no âmbito das políticas públicas a fim de que a formação esteja de acordo com as transformações do mercado, bem como a formação de um sujeito de novo tipo adaptado à dinâmica do capital (Antunes, 2009).

Em Portugal a implantação do subsistema politécnico tem um percurso que compreende mudanças políticas, sociais e econômicas. Na década de 1960, início da crise do sistema fordista de produção e período do regime ditatorial militar no país, iniciam-se mudanças substanciais para

a educação. Como destaque, o PMR, fruto da cooperação entre a OCDE e o governo português, que, baseado na teoria do capital humano, tinha como objetivo financiar estratégias de desenvolvimento econômico em países europeus, sendo a ampliação e diversificação do ensino um dos critérios centrais para esse desenvolvimento. O país estava sendo pressionado para adotar mudanças a fim de acompanhar o processo de industrialização, e a implementação do PMR foi o caminho favorável para atender às demandas externas (Arroteia, 2002, Lemos, 2014).

Nesse sentido, a década de 1970, período que compreende a passagem do modelo taylorista/fordista para o modelo toyotista, é marcado pela queda da ditadura militar, por meio da Revolução Democrática dos Cravos (1974). A partir de então, ocorre o aumento de acesso à educação básica e a ampliação e diversificação do ensino superior com a criação do subsistema politécnico (Cabrito & Castro, 2021). O Estado ao mesmo tempo que promoveu a democratização e ampliação do acesso à educação, respondeu as necessidades demandadas pelo capital, que buscava constituir uma formação para adaptar a força de trabalho, mobilizando força e consenso na sociedade civil.

Na década de 1990 há uma mudança estrutural na oferta de formação da via politécnica. Portugal passa a fazer parte da criação do Espaço de Ensino Superior Europeu (EEES). Assim, o ensino superior passa pela adequação dos currículos, pelo estabelecimento do sistema de créditos e pelo ajuste no valor de taxas escolares. Esse novo modelo teve como objetivo a homogeneização dos currículos, o livre trânsito da força de trabalho no espaço europeu, e a formação de um sujeito mais competitivo e adequado às mudanças do mercado. Essas adequações correspondem ao intenso processo de neoliberalização dos países do EES, de consolidação da financeirização e da mercantilização da educação superior.

Para análise dessas transformações recorreremos à categoria da “contrarreforma” em Gramsci² (2015a), que, ao analisar o contexto da Reforma Protestante e da Contrarreforma católica, aponta diferentes processos históricos de transformação social: no primeiro caso, um processo que

² Antônio Gramsci escreveu os cadernos do cárcere durante sua prisão, entre 1929 e 1935, as publicações de seus estudos foram organizadas e publicadas posterior a sua morte. A versão que adotamos nesse trabalho foi traduzida por Carlos Nelson Coutinho publicadas em 2015 e 2016.

apresentou mudanças estruturais, fazendo emergir uma nova concepção de mundo, no segundo, um movimento de restauração em que as mudanças reorganizam e preservam a ordem social existente.

No contexto da educação, a “contrarreforma” se constitui no processo de uma restauração acionada pela burguesia, a fim de limitar as demandas reivindicadas pela classe dos que vivem do trabalho. Trata-se de um movimento que se aproxima da noção de revolução passiva, na medida em que promove transformações, como a ampliação e diversificação da educação, porém não rompe com a estrutura das relações sociais. Nesse processo, o Estado, que opera como mediador, aciona contrarreformas para a manutenção da hegemonia burguesa (Gramsci, 2015 b, Souza, 2022).

Ressalta-se que a implementação da via politécnica, inicialmente, atendeu à busca pela formação de nível superior para a classe dos que vivem do trabalho. Ao longo dos anos, ampliou a oferta de formação, passou a ofertar o segundo ciclo de estudos (Mestrado), e posteriormente, em parceria com as universidades, o terceiro ciclo de estudos (Doutorado). De igual forma, o corpo docente também se qualificou com o aumento do quadro de doutores. Dessa maneira, a característica da via politécnica sofreu mudanças, pois passou a desenvolver pesquisas aplicadas, o que vem sendo um dos pontos em debate nas discussões sobre as mudanças da formação politécnica.

O desenvolvimento do subsistema politécnico também é dotado de contradições internas. Uma delas está na dinâmica entre a oferta de vagas e a primeira opção de candidatura indicada pelos candidatos do ensino superior. A via politécnica apresenta menor índice na primeira escolha dos candidatos, cerca de 34% a 36%, enquanto a via universitária apresenta de 65% a 66% na escolha dos estudantes (DGES, s.a). Assim, a via politécnica acaba sendo constituída por grande parte dos alunos que não conseguem atingir as notas para o acesso ao subsistema universitário. Esse cenário representa que o consenso da oferta da via politécnica na sociedade civil ainda não está consolidado como uma oferta formativa de igual valor em comparação à via universitária. À medida que essas contradições surgem, o campo em disputa pelos projetos ideológicos de formação também se intensifica. Assim, a burguesia aciona o Estado, que tem força para mediar o conflito, na busca do consenso da hegemonia burguesa.

Nessa direção, os anos 2000 marcam mudanças substanciais para essa vertente educacional. A atuação do Estado para mediar o debate mobilizado por partidos políticos – Partido Comunista Português (PCP) e Bloco de Esquerda (BE) – para a valorização da via politécnica, foi expressiva.

O Projeto de Lei n.º 809/XIV/2ª (Cidadãos, 2022) apresentava como aspectos centrais a autorização da oferta do terceiro ciclo pela via politécnica e, a alteração da designação que incluía a palavra Universidade ao politécnico, a fim de garantir o consenso na sociedade civil da evolução da oferta politécnica e equivalência ao sistema universitário. Em resposta, no mesmo ano, o Conselho Económico e Social publicou um parecer favorável à oferta do terceiro ciclo de estudos e à utilização da nomenclatura sugerida. Como desdobramento desse processo, a Lei n.º 16/2023 (Portugal, 2023), ao alterar o artigo 14.º, alínea 9, do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), passou a permitir, mediante a verificação de recursos humanos e organizativos necessários à realização da investigação, a atribuição do grau de doutor pelas instituições politécnicas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O subsistema politécnico atualmente está inserido em uma discussão de maior proporção no país, em que o debate na sociedade civil acionou o Estado para operacionalizar, de forma mais completa, o movimento que se identifica como contrarreforma educacional. Está em tramitação desde 2024, por meio do projeto de proposta de Lei n.º XX/2024, que apresenta a proposta de reforma do ensino superior para a redefinição do sistema binário de ensino. O projeto de lei, que segue em tramitação no parlamento, propõe a ampliação do subsistema politécnico, compreendendo Universidade Politécnica – ofertando primeiro, segundo e terceiro ciclo de estudos, e Instituto Politécnico – ofertando primeiro e segundo ciclo de estudos. Outra mudança é o maior envolvimento entre o público e o privado para cooperação e/ou fusão institucional.

Ressalta-se que mesmo existindo exemplos em outros países europeus, como Espanha e Reino Unido, com sistemas de ensino superior unificados, a proposta em Portugal é manter o subsistema binário, postura que indica a preservação da dualidade educacional e da hierarquização do ensino. Não há um projeto que seja direcionado para a formação de sentido *omnilateral*, compreendendo a síntese entre trabalho e educação, ciência e vida.

Concluimos que no contexto das mudanças estruturais da via politécnica, percebe-se a construção de um cenário em que o resultado será mais um movimento da contrarreforma da educação, que, mediada pelo Estado, busca reforçar a construção do consenso na sociedade sobre o valor da formação dos politécnicos, favorecendo a articulação entre o setor público e o privado, e reforçar a ideologia burguesa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARROTEIA, Jorge Carvalho. **O ensino superior politécnico em Portugal**. Viseu: Instituto Politécnico de Viseu; Aveiro: Universidade de Aveiro, 2002.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. v. 1: Introdução ao estudo da filosofia; A filosofia de Benedetto Croce. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015 a.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. v. 5: O risorgimento, notas sobre a história da Itália. Tradução de Luiz Sergio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015 b.

CABRITO, Belmiro Gil; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Os caminhos da expansão da educação superior no Brasil e em Portugal: convergências e divergências. **Eccos – Revista Científica**, n. 56. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n56.11156>

LEMO, Vitor. **A OCDE e a mudança de paradigma nas políticas públicas de educação em Portugal**: o Projeto Regional do Mediterrâneo e a reforma Veiga Simão. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.11/2249>

PORTUGAL. Direção-Geral do Ensino Superior. **Relatório de acesso ao ensino superior: anos letivos 2019-2020 a 2021-2022**. Disponível em: <https://www.dges.gov.pt/pt/pagina/estudos-e-estatisticas>

PORTUGAL. **Lei n.º 16/2023, de 10 de abril de 2023**. Altera o regime jurídico das instituições de ensino superior, permitindo a atribuição do grau de doutor pelos institutos politécnicos. Disponível em: <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/16-2023-211573083>

PORTUGAL. **Projeto de Lei n.º 809/XIV/2.ª (Cidadãos)**. Assembleia da República, 2022. Disponível em:

<https://app.parlamento.pt/webutils/docs/doc.pdf?path=6148523063446f764c324679626d56304c334e706447567a4c31684a566b786c5a79394562324e31625756756447397a5357357059326c6864476c325953396c4d7a59344d6d59324d43316c4f5455784c5451304e7a4974596d466c4f5330794d6a4e6c4d4467344f5459314d4455755a47396a&fich=e3682f60-e951-4472-bae9-223e08896505.doc&Inline=true>

PORTUGAL. **Proposta de Lei n.º XX/2024**. Assembleia da República, 2024. Disponível em: <https://www.fenprof.pt/media/download/03408DFA59F8810C4CB94D0C111368EA/projeto-de-proposta-de-lei-alteracao-rjies.pdf>

SOUZA, José dos Santos. A educação superior enxuta e flexível como nicho promissor do mercado educacional. **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n. 42, p. 1-27, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.54582>

SOUZA, José dos Santos. Trabalho, qualificação, ciência e tecnologia no mundo contemporâneo: fundamentos teóricos para uma análise da educação profissional. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 13, n. 22, p. 1-15, jul./dez. 2004